**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

**CONSULTA PÚBLICA N° 23/2019 (de 28/10/2019 a 11/11/2019)**

**NOME/RAZÃO SOCIAL: UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ( ) agente econômico  ( ) consumidor ou usuário | | ( X ) representante órgão de classe ou associação  ( ) representante de instituição governamental  ( ) representante de órgãos de defesa do consumidor | |
| Consulta Pública sobre minuta de resolução que estabelece os procedimentos para geração de lastro necessário para emissão primária de Créditos de Descarbonização, de que trata o art. 14 da Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e altera a Resolução ANP nº 758, de 23 de novembro de 2018. | | | |
| **ARTIGO DA MINUTA** | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | | **JUSTIFICATIVA** |
| **Art. 4º.** | Alterar texto proposto no § 2º por:  § 2º A NF-e de comercialização ou de transferência de etanol combustível emitida por cooperativa de produtores de etanol será considerada para solicitação de escrituração de CBIOs de seus produtores de biocombustíveis cooperados desde que permita a identificação do emissor primário, sendo o crédito concedido à unidade produtora a ela filiada. | | Alteração sugerida visa incorporar as operações de transferência entre produtores e cooperativas de produtores, conforme códigos de CFOP indicados na tabela apresentada no anexo. |
| **Art. 5º.** | Alterar texto proposto no inciso II por:  II - a solicitação da emissão de lastro de CBIO deverá ocorrer após quinze dias e até sessenta dias da data de emissão da NF-e da operação de comercialização ou de transferência do biocombustível geradora de lastro para a emissão de CBio. | | Alteração sugerida visa incorporar as operações de transferência entre produtores e cooperativas de produtores, conforme códigos de CFOP indicados na tabela apresentada no anexo. |
| **Art. 5º.** | Incluir os seguintes incisos:  V – Caso se identifique, posteriormente, que a NF-e utilizada para lastro de CBio emitido não atenda aos critérios estabelecidos no inciso I, a ANP deverá substitui-la por outra NF-e válida emitida pelo emissor primário, em proporção equivalente ao volume de biocombustível especificado na NF-e inicial. Nesse caso, a ANP informará o escriturador sobre a alteração de lastro, sem prejuízo à comercialização do CBio emitido.  VI – Caso a NF-e utilizada para lastro de CBio emitido não atenda aos critérios fixados no inciso I no momento da sua apresentação, o emissor primário poderá reapresentá-la na Plataforma CBio visando a validação dessa mesma NF-e.  Parágrafo único. O emissor primário que realizar o cancelamento de NF-e utilizada como lastro para a emissão de CBio ficará sujeito às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999. | | Sugestão visa incorporar situações não previstas inicialmente na minuta disponibilizada pela ANP. Essas situações são observadas durante a comercialização do etanol e, portanto, precisar estar previstas na especificação da Plataforma CBIO. |
| **Art. 6º.** | Alterar os incisos conforme texto a seguir:  I - as operações cujo CFOP da NF-e emitida pelo produtor de biocombustíveis ou cooperativa de produtores de etanol indicar a comercialização de produto para industrialização ou exportação;  II - a comercialização, por unidade produtora, de biocombustível adquirido ou recebido de terceiros, independente da destinação dada ao produto;  III – a comercialização, por unidade produtora, de biocombustível adquirido ou recebido de terceiros e reprocessado, independente da destinação dada ao produto; ou  IV - as operações de venda de biocombustível realizadas entre produtores de biocombustível ou entre produtor de biocombustível e empresa comercializadora de etanol que tenham sua destinação final alterada para o mercado não combustível.  V – a comercialização, por cooperativa de produtores de etanol, de biocombustível recebido na modalidade de transferência de outra filial da sociedade cooperativa.  Parágrafo 1º. As operações de que trata o inciso IV e V deverão ser informadas à ANP, conforme procedimentos indicados em documento específico publicado na página da ANP na internet.  Parágrafo 2º. A emissão de CBios lastreada em operações de que tratam os incisos III, IV e V sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999. | | Sugestão promove ajustes no texto para torná-lo mais claro e objetivo, além de incluir o inciso V que prevê condição de comercialização por cooperativa de produtores de etanol |
| **Inclusão de novo artigo no Capítulo II** | Incluir o seguinte artigo no capítulo II  Art xx º O cálculo do número de CBIOs lastreados na NF-e apresentada pelo emissor primário deverá atender a definição exigida pelo § 2º, Art. 3º, do Decreto 9.888, de 27 de junho de 2019, e será realizado a partir da multiplicação das seguintes valores:  I – volume de biocombustível identificado na NF-e;  II – Nota de Eficiência Energético-Ambiental do produtor de biocombustível;  III – fração do volume de biocombustível elegível do produtor de biocombustível;  IV – massa específica do biocombustível;  V – poder calorífico inferior (PCI) do biocombustível.  Parágrafo 1º O cálculo de que trata o caput será realizado no flutuante e o seu resultado será utilizado com duas casas decimais.  Parágrafo 2º O número de CBIOs que serão lastreados na nota fiscal validada deverá ser identificado pela Plataforma CBIO após arredondamento do resultado de que trata o Parágrafo 1º. O resultado arredondado será expresso por um número inteiro e disponibilizado ao escriturador.  Parágrafo 3º O referido arredondamento obedecerá a seguinte lógica:  i. se o valor das casas decimais for maior ou igual a 50 (cinquenta), a Plataforma CBIO deverá aumentar 1 (um) no valor inteiro obtido no resultado;  ii. se o valor das casas decimais for menor do que 50 (cinquenta), será considerado o valor inteiro obtido no resultado.  iii. a Plataforma CBIO deverá armazenar a diferença entre o resultado do cálculo de lastro expresso com duas casas decimais, conforme Parágrafo 1º, e o valor inteiro identificado em i ou ii. A diferença identificada na nota fiscal (n) deverá ser acrescida ao resultado do cálculo de lastro da nota fiscal posterior (n+1) apresentada pelo emissor primário. Esse acréscimo deve ser realizado antes do procedimento de arredondamento aplicado ao resultado do cálculo de lastro da nota fiscal (n+1). | | O texto sugerido busca detalhar o cálculo que será realizado pela Plataforma CBIO para a definição de lastro do CBIO. Adicionalmente, incorpora sugestão com lógica de arredondamento para o cálculo do número de CBIOs. Essa lógica é fundamentar para compatibilizar o resultado do cálculo, que será expresso por um valor decimal, e a quantidade de CBIOs lastreados, que deve ser representada por um número inteiro. |
| **Art. 7º.** | Manter os seguintes incisos:  I - o emissor primário;  II - o escriturador dos CBIOs;  III - a registradora de CBIO;  IV – a cooperativa de produtores de etanol; e  V - a ANP e os órgãos de controle. | | Sugestão promove ajuste do termo “administradora de mercado organizado” para “registradora de CBIO”, além de incorporar o acesso das cooperativas de produtores à Plataforma CBIO. |
| **Art. 12º.** | Incorporar o seguinte parágrafo:  § 5º Os valores de que trata o caput deverão ser proporcionais ao volume de biocombustível identificado na NF-e processadas pela Plataforma CBIO. | | Sugestão garante que a cobrança do serviço de consulta e acesso às informações da Plataforma CBIO seja proporcional ao volume de biocombustível comercializado, reduzindo distorções associadas à cobrança única e exclusivamente pelo número de notas fiscais consultadas. |
| **Art. 13º.** | Incorporar os seguintes parágrafos:  § 6º Uma nova unidade produtora de biocombustível, incluindo a alteração da rota de produção em uma planta já existente, poderá, excepcionalmente no primeiro ano de operação, obter a Certificação da Produção Eficiente de Biocombustível utilizando “perfil padrão” para área agrícola e aplicando a maior intensidade de carbono para as demais área exigidas na RenovaCalc, considerando todas as plantas certificadas para a mesma rota. Findo o primeiro ano civil de atividade, a unidade terá 90 (noventa) dias para obter novo Certificado da Produção Eficiente de Biocombustível a partir das normas estabelecidas por esta Resolução para os demais casos.  § 7º Caso a unidade produtora de biocombustível certificada instale novos equipamentos na planta em operação de forma a alterar a rota de produção estabelecida, não será necessária a renovação do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis quando o monitoramento e o registro indicados no inciso VI identifiquem decréscimo de até 10% (dez por centro) em relação aos resultados contidos na Nota de Eficiência Energético-Ambiental vigente ou no cálculo da fração do volume de biocombustível elegível indicado no inciso IV. | | Sugestão amplia lógica apresentada no parágrafo 5º. para as novas unidades produtoras. Proposta garante que os novos projetos possam ser rapidamente incorporados ao RenovaBio, sem prejuízo ao lastro dos títulos de descarbonização emitidos. |
| **Art. 13º.** | Incorporar o seguinte parágrafo:  § 8º Será adotado um índice de materialidade de 1% sobre a Nota de Eficiência Energético-Ambiental para fins da obtenção do Certificado da Produção Eficiente de Biocombustíveis. Assim, serão mantidas eventuais inconsistências identificadas pela ANP no relatório final de certificação desde que as mesmas não comprometam a Nota de Eficiência Energético-Ambiental do produtor de biocombustíveis em mais de 1%. | | Sugestão incorpora índice de materialidade ao processo de certificação do produtor ou importador de biocombustível. Trata-se de um conceito amplamente utilizado em processos de auditoria. O índice sugerido (1%) é inferior ao valor usualmente adotado em processos dessa natureza, mantendo o rigor necessário à confiabilidade do Programa. |
| **Art. 13º.** | Substituir texto original por:  § 6º A ANP poderá autorizar firma inspetora a tarjar informações constantes do inciso I do caput a serem disponibilizadas em consulta pública, quando consideradas estratégicas e críticas por parte da unidade produtora sob aspecto concorrencial conforme procedimento a ser definido em informe técnico.” | | Sugestão incorpora termo “por parte da unidade produtora” para especificar que a classificação das informações estratégicas e críticas deve contemplar a avaliação realizada pelo produtor. |
| **Incluir novo artigo no Capítulo V** | Incluir o seguinte artigo:  Art. 14. Fica excluído o incisivo I, Art. 26, da Resolução ANP nº 758, de 23 de novembro de 2018, que trata do Zoneamento Agroecológico da Cana-de-açúcar para fins de eligibilidade do produtor de biocombustível. | | Sugestão procura compatibilizar o texto da Resolução ANP no. 758/2019 à nova estrutura regulatória definida pelo Decreto Nº 10.084, de 5 de novembro de 2019. |
| **Tabela 1, ANEXO** | Incluir “produtor de etanol” nas operações que têm como origem o “importador de etanol detentor de Certificado de Produção Eficiente de Biocombustíveis” ou “Cooperativa de produtores de etanol”.  Incluir os CFOPs 5659 e 6659 para as operações envolvendo a origem “Cooperativa de produtores de etanol” e o destino “Filial da cooperativa de produtores de etanol”  Incluir o seguinte texto na coluna de informações adicionais: “O CBIO levará em conta a Nota de Eficiência Energético-Ambiental (NEEA) da unidade produtora emitente da NF-e e a fração do volume de biocombustível elegível.  NF-e’s com os códigos CFOP aqui identificados, mas que se referem à comercialização de etanol fabricado a partir de reprocessamento de produto adquirido de terceiro, ou que tenham como destinatário uma contraparte diferente das listadas nesta tabela, não estão aptas à emissão de CBio, conforme Art. 6º desta Resolução.” | | Sugestões visam adequar os códigos CFOPs para operações previstas no corpo da resolução. |
|  |  | |  |
|  |  | |  |
|  |  | |  |
|  |  | |  |
|  |  | |  |

Este formulário deverá ser encaminhado à ANP para o endereço eletrônico: *conspub\_qualidade@anp.gov.br*, fax (21) 2112-8669, ou diretamente em um dos protocolos da ANP indicado no item 2.1 do Aviso da referida Consulta Pública.